

# “Mobilidade especial” para a construção



**Manuel Reis Campos**

**N**um momento em que o País se debate com problemas como a sustentabilidade demográfica, em que o próprio Governo, como sucedeu ainda no fim-de-semana passado, apresenta esta matéria como prioritária no domínio das políticas públicas, reconhecendo a necessidade de captar imigrantes e antecipando a sua importância no âmbito do próximo quadro financeiro da União Europeia, para a qual é necessária a mobilização de “toda a sociedade” e “o mais largo consenso possível”, é fundamental ter presente que este consenso tem de assentar nas mais diversas dimensões, desde o mercado de trabalho, às políticas migratórias, às políticas de apoio à família, até ao desenvolvimento dos investimentos na rede dos equipamentos sociais.

Ou seja, mais uma vez estamos confrontados com um debate transversal, que não deverá assumir contornos político-partidários. É manifesto que o setor da construção e do imobiliário necessita, neste momento, de cerca de 70 mil trabalhadores especializados. Esta é uma circunstância para a qual contribuíram diversos fatores. Desde o êxodo para a Europa e para outros mercados, de milhares de profissionais que, neste momento, dificilmente regressarão a Portugal. À manutenção de aproximadamente 54 mil trabalhadores oriundos do Setor inscritos nos Centros de Emprego. Ao facto de as Universidades e Escolas, não obstante estarem novamente a ser procuradas pelos jovens, não conseguirem, no imediato, dar resposta às necessidades. Até, por fim, porque continuamos a assistir à deterioração do papel que deverá ser desempenhado pelos centros de formação profissional, em particular, os Centros de Gestão Participada, que ao verem a sua função desvirtuada pela intervenção do Ministério da Educação, não conseguem formar e reconverter os futuros profissionais dos vários Setores.

Recorde-se o Estudo “Migrações e

Sustentabilidade Demográfica. Perspetivas de Evolução da Sociedade e Economia Portuguesas”, editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, em 2017, o qual analisa o papel das migrações na sustentabilidade demográfica de Portugal a curto, médio e longo prazo, tendo por base o conceito de migrações de substituição e a construção de cenários prospetivos até 2060. Aborda questões que, de uma forma pragmática, evidenciam os desafios aos quais há que corresponder, pelo que se, por um lado, o País se deve manter aberto à imigração, deverá poder captar os cidadãos nacionais, apresentando-se territorial, económica e socialmente competitivo, promovendo a inovação, o empreendedorismo e a qualificação de recursos.

Tal só será possível com a qualificação de competências, sendo que, por exemplo, no domínio da construção, a cada trabalhador deveria ser atribuído um “passaporte” de competências, sistema que deveria ser reconhecido e utilizado de forma transversal, permitindo-se um imediato reconhecimento de qualificações, designadamente no espaço europeu e não só. Se há que atrair mais trabalhadores, não se pode ignorar que as empresas portuguesas já têm nos seus quadros, noutros países, sobretudo lusófonos, profissionais que formaram ao longo dos anos e que, neste momento, podem colmatar as necessidades que têm em solo nacional.

Há que ter consciência que só não o fazem porque a teia burocrática e administrativa que têm pela frente, constitui uma barreira quase inultrapassável. O Estado Português tem de olhar para esta situação, retificando procedimentos, por forma a corrigir os desequilíbrios que estão há muito identificados. Está em causa a adoção, à semelhança do que já existe noutros países, de um “Regime de Mobilidade Especial”, para os trabalhadores da construção portuguesa.

**Presidente da AICCOPN -  
Associação dos Industriais  
da Construção Civil e Obras  
Públicas**